



## MAPEANDO INTELECTUAIS NEGRAS DO SERVIÇO SOCIAL

Renata Gonçalves<sup>1</sup>

Daiana Cristina do Nascimento<sup>2</sup>

### Resumo

Vem crescendo no Serviço Social a compreensão da necessidade da abordagem da temática étnico-racial. Uma das evidências do avanço deste debate, são as recentes publicações de artigos e dossiês nas principais revistas da área, além das várias coletâneas e livros autorais. As últimas gestões da ABEPSS e do CFESS também não mediram esforços para colocar na ordem do dia a formação antirracista. Todavia, persiste um fosso quando o assunto é o conhecimento da produção teórico-política de intelectuais negras do Serviço Social.

**Palavras-chave:** Intelectuais negras; invisibilidade; Serviço Social.

### MAPPING BLACK WOMEN INTELLECTUALS IN SOCIAL WORK

### Abstract

Social Work has been increasingly aware of the need to address ethnic-racial issues. Evidence of this debate's progress is the recent publication of articles and dossiers in leading journals in the field, as well as several collections and books. The recent administrations of ABEPSS and CFESS have also spared no effort to prioritize anti-racist training. However, a gap persists when it comes to understanding the theoretical and political work of Black women intellectuals in Social Work.

**Keywords:** Black women intellectuals; invisibility; Social Work.

Artigo recebido em: 09/04/2026 Aprovado em: 10/09/2026

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30nEPe30353>

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Coordenadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares. E-mail: [renata.goncalves25@unifesp.br](mailto:renata.goncalves25@unifesp.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2470-9095>

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Integrante do Coletivo de Pesquisadoras(es) Negras(os) Neusa Santos da PUC-SP e da Coletiva de Mulheres Negras do PEPGSS/PUC-SP. E-mail: [daiananascimento@hotmail.com](mailto:daiananascimento@hotmail.com) <https://orcid.org/0000-0001-8674-8228>

## 1 A (IM)PULSÃO DE UM DEBATE

Desde os anos 1980, a discussão acerca das relações étnico-raciais vem ganhando corpo no Serviço Social brasileiro. O profícuo debate nacional de revisão do currículo mínimo para a profissão, nos anos 1990, norteou a concepção e os princípios que fundamentam a formação. A temática étnico-racial passou a ser conteúdo indispensável do núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, embora a adesão a tais orientações tenha seguido a passos lentos (Rocha, 2014).

Transformações significativas começaram a ocorrer mais recentemente, em especial com a entrada massiva de jovens negras/os nas universidades, sobretudo por meio das políticas de ações afirmativas, provocando uma mudança étnico-racial das/os estudantes universitários/as, inclusive do Serviço Social, provocando uma mudança significativa no perfil de profissionais.

Na penúltima pesquisa sobre o perfil das/os Assistentes Sociais no Brasil, publicada em 2005, a categoria era majoritariamente jovem, feminina, heterossexual, católica, casada, com poucos filhos e, no que tange ao pertencimento étnico-racial, 72,14% se autodeclaravam brancas/os (CFESS, 2005). Agora, na última publicação, de 2022, o pertencimento étnico-racial passou a ser de 50,34% de pessoas negras (pretas e pardas) contra 46,98% de profissionais que se autodeclararam brancos/as. Segundo a pesquisa, as/os “Assistentes Sociais de raça/cor amarela vêm em seguida, com 819 registros (1,85%), seguido de indígenas, com 140 pessoas (0,32%)” (CFESS, 2022, p. 30).

A (im)pulsão acelerada do ingresso de estudantes negras/os nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social se deu em sintonia com as lutas e reivindicações do movimento negro e teve o respaldo do projeto ético profissional, cuja direção política vislumbra o fim da exploração capitalista de classe, da opressão racial e da dominação patriarcal. Uma dinâmica que tem se traduzido nas campanhas, manifestos e ações do conjunto CFESS/CRESS no combate ao racismo.

A este respeito, ressaltamos a série, organizada pelo CFESS, *Assistente Social no combate ao preconceito* (com dois cadernos sobre o racismo); e também o esforço da pesquisa organizada pelo Comitê de Combate ao Racismo do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP), 9ª. região, cujos resultados parciais foram apresentados no 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em Brasília, de 30 de outubro a 3 de novembro de 2019. A enquete iniciada dialoga com a categoria e principalmente procura dar voz aos/às “profissionais que sofreram e sofrem racismo nos seus espaços de trabalho, além da reflexão sobre a possível reprodução do racismo institucional em seu cotidiano profissional” (Lira *et al.*, 2019, p. 2).

Contribuíram para a aceleração da pauta antirracista na formação e no exercício profissional a coincidência da presença, no período de 2017-2020, de assistentes sociais negras, as estrelas além do tempo, com sólida concepção teórico-política e técnico-metodológica do racismo como estruturante das relações sociais capitalistas, à frente da direção política tanto do Conselho Federal do Serviço Social, como da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; este feito se repetiu em diferentes Conselhos Regionais.

O resultado foi a intensificação da agenda antirracista, como a produção de cartilhas (sobre Racismo, Preconceito etc.); as várias manifestações de repúdio às práticas racistas; as notas técnicas sobre o quesito raça/cor; as oficinas de formação antirracista e, sobretudo, os *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*.

Desde então, houve um crescimento numérico e qualitativo de fóruns de debates junto às entidades da categoria no que concerne à urgência da inserção de disciplinas obrigatórias e transversais que, ao longo da formação abordem o racismo, o antirracismo, a branquitude, as organizações de mulheres negras, as resistências negras etc. Esta movimentação, aos poucos, também contribui para estimular pesquisas (da graduação ao pós-doutoramento) sobre a temática e apresentações de seus resultados em seminários, simpósios e congressos. Uma das evidências do avanço deste debate no interior do Serviço Social são as crescentes publicações de artigos e dossiês nas principais revistas da área. Em 2014, a revista *Temporalis*, lançou dois números, v. 14, n. 27 e v. 14, n. 28, intitulados “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”. No ano de 2017, a *Ser Social*, v. 19, n. 41, publicou o dossiê “Questão Étnico-Racial, Estado e Classes Sociais”. Em 2018, ano que marcou os 130 anos da abolição da escravidão, a *Revista Katálisis*, v. 21, n. 3, publicou o dossiê “Serviço Social: gênero, raça/etnia, gerações e sexualidade” e em 2022 voltou a publicar um dossiê intitulado “Serviço Social, racismo e classes sociais”, v. 25, n. 2. Ainda em 2018, o periódico *Serviço Social & Sociedade* dedicou o n. 133 à temática étnico-racial e publicou artigos sobre o tema nas seções livres, como por exemplo o “Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social”, publicado no n. 140, de 2021; e em 2023, v. 146, n.1, voltou a publicar outro dossiê envolvendo o debate étnico-racial, “Serviço Social e as relações sociais de classe, gênero, raça/etnia e a perspectiva decolonial”. Em 2020, a revista *Em Pauta* organizou dois dossiês, n. 45 e n. 46, intitulados “Questão Étnico-Racial e Antirracismo”. Em 2021, A *Revista de Políticas Públicas*, organizou o dossiê “Relações étnico-raciais, lutas antirracistas e políticas públicas: determinantes e expressões contemporâneas”, v. 25, n. 2. Em 2024, a revista *Argumentum*, dedicou seu dossiê à “Questão étnico-racial, Serviço Social e política social”, v. 16, n. 2. No ano de 2025, inúmeras revistas da área abordaram o tema.

Além disso, vários livros autorais e coletâneas também trouxeram análises sobre as relações étnico-raciais em diálogo com o Serviço Social. Podemos destacar o resultado da pesquisa de Tales Fornazier (2020), *Serviço Social e Luta Antirracista*; as coletâneas *Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*, organizada pelas professoras Márcia Eurico; Rachel Gouveia Passos; Magali da Silva Almeida e Tereza Cristina Martins (2021); *Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate*, sob a coordenação de Maria Helena Elpídio; João Paulo Valdo e Roseli Rocha (2021); *Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos*, coordenada pela professora Maria Beatriz Abramides (2021); e *Antirracismos e Serviço Social*, organizada por Márcia Eurico; Maria Liduína de Oliveira e Silva; Rachel Gouveia Passos e Renata Gonçalves (2022).

A este esforço editorial se juntou uma série de teses, dissertações, pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso etc. Além de importantes seminários e simpósios, dedicados ao exame da questão racial na profissão, dentre os quais destacamos: o *I Simpósio Serviço Social e Relações Étnico-Raciais*, realizado de forma remota em dezembro de 2020, durante a pandemia de coronavírus, coordenado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, onde ocorreu o Simpósio ocorreu o lançamento virtual, da *Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*; e o *I Seminário Formação Antirracista no Serviço Social: Marxismo, sujeitos históricos e territórios de resistência*, organizado pelo Interfaces – Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social Crítica, Serviço Social e Política Social, vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, em junho de 2025.

O ritmo um pouco mais acelerado da pauta antirracista na formação e no exercício profissional também se deveu à coincidência da presença de assistentes sociais negras, com sólida concepção teórico-política, que compreenderam que o racismo é estruturante das relações sociais capitalistas. À frente da direção política do Conselho Federal do Serviço Social, estava Josiane Soares Santos ocupando a presidência na gestão 2017-2020, “É de batalhas que se vive a vida!”, e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, tinha Maria Helena Elpidio como presidenta da entidade na gestão 2017-2018, “Quem é de luta resiste”. Este feito se repetiu em diferentes Conselhos Regionais, assim como ganhava centralidade para a Executiva Nacional de Estudantes do Serviço Social. O resultado foi a intensificação da agenda antirracista, expressas na produção de cartilhas (sobre racismo, preconceito etc.); nas várias manifestações de repúdio às práticas racistas; nas notas técnicas sobre o quesito raça/cor; nas oficinas de formação antirracista e, sobretudo, nos *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*. Aqui foram sintetizadas as principais discussões do período, ao enfatizar a necessidade de um aprofundamento da questão étnico-racial e competência teórico-política para a compreensão da

realidade brasileira, “assim como de suas diversas expressões na produção e reprodução da vida social” (ABEPSS, 2018, p.11).

Até aquele momento, havia poucos estudos publicados sobre a temática e, desde então, cresceu consideravelmente os estudos acerca do impacto do racismo no processo formativo e no trabalho profissional. As últimas gestões da ABEPSS e do CFESS também não mediram esforços para colocar na ordem do dia a formação antirracista, tendo a ABEPSS lançado inclusive em 2022, a Plataforma Antirracista, na Gestão *Aqui se respire luta: 2020-2022*.

Estas ações certamente contribuem “para a formação profissional, bem como para a disseminação de ideias e do olhar crítico da profissão para a realidade na qual está inserida” (Bonifácio; Deus; Vitorio, 2018, p. 427).

Todavia, apesar deste avanço significativo na nossa área, ainda persiste um fosso quando o assunto é o conhecimento da produção teórico-política de importantes intelectuais negras/os sobre o impacto do racismo em diferentes aspectos da formação social brasileira. Apesar de ser farta, a produção teórica deste segmento é o que mais permanece desconhecido no ambiente letrado da *intelligensia* brasileira.

A invisibilidade de intelectuais negras/os escamoteia personagens, lutas e resistências fundamentais nos levantes e insurreições do Brasil. E são as mulheres negras as principais ausentes como protagonistas de processos históricos e como intelectuais, cujas formulações teóricas são bastante relevantes para a compreensão da estrutura de dominação e exploração na sociedade brasileira, do período colonial aos dias atuais.

Esta crítica também encontra eco junto a estudantes negros/as que nos últimos anos entraram mais massivamente nas instituições de ensino superior, pois, ao chegarem às universidades, não se reconhecem no espaço acadêmico, não veem professores/as negros/as, não encontram nos livros referências às lutas negras, não veem nas matrizes curriculares disciplinas acerca da história da África ou sobre a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a escravidão, ou ainda relacionadas ao racismo no Brasil e seus tentáculos ideológicos que mantêm firme o sistema de dominação e exploração. Nestas instituições, os/as negros/as continuam a ser objetos de pesquisa e muito raramente são os/as pesquisadores/as. A situação é ainda pior quando se trata de mulheres negras como sujeitas (e não apenas objetos) das investigações científicas.

## 2 ROMPENDO COM A INVISIBILIDADE DE INTELLECTUAIS NEGRAS

Ao abordar a condição das intelectuais negras nos Estados Unidos, bell hooks<sup>1</sup> explica a existência de uma lógica do “patriarcado capitalista com supremacia branca” (1995, p. 468), em que a

cultura dominante age para impossibilitar que as mulheres, sobretudo as negras, atuem enquanto intelectuais que exercitam de forma criativa suas mentes. Para a autora, racismo e sexismo “incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente” (hooks, 1995, p. 469). À sexualização extrema de seus corpos corresponde o estereótipo de prostitutas, isto é, de mulheres sexualmente disponíveis. Também guardam o eterno mito da mãe-preta, capaz de dar colo a todos. Em consequência disto, negras de todas as camadas de vida, das profissionais de empresas e professoras universitárias a empregadas domésticas, queixam-se de que seus colegas, colaboradores, supervisores, etc., lhes pedem que assumam papéis de zeladoras, que sejam suas consultoras, orientadoras, babás, terapeutas, padres, quer dizer, que sejam aquele peito que a todos amamentam – a mãe-preta (hooks, 1995, p. 470). Em quaisquer dos casos, como prostituta ou como mãe-preta, as mulheres negras são desprovidas de capacidade intelectual.

Em estudo realizado por Joselina da Silva e Maria Simone Euclides (2018), que examinam as trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro, observou-se que

[...] cada uma das docentes interpeladas, dentro das suas possibilidades e realidades, lança mão de dispositivos diversos para o enfrentamento de modo a não se intimidarem, reafirmando cotidianamente a sua inserção no universo científico, quer seja no ativismo em sala de aula, quer seja na discussão em seus respectivos grupos de estudos e pesquisas (Silva; Euclides, 2018, p. 160).

Lélia Gonzalez (2018) ressalta que além da divisão social e sexual, há ainda uma divisão racial do trabalho em a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta” (Gonzalez, 2018, p. 202). Nesta divisão racial, mulheres negras definitivamente não são docentes, não são intelectuais. Quando conseguem romper as barreiras raciais, com frequência, são lembradas de que estão fora de seus lugares.

No artigo, “Intelectuais negras”, bell hooks (1995) chamava a atenção para o fato de que suas alunas quando solicitadas a citarem nomes de autores negros, sem especificar o gênero, invariavelmente citavam autores como Du Bois, Marcus Garvey, Malcom X etc. Todos homens, mesmo os contemporâneos. O exercício se tornava mais difícil quando se tratava de intelectuais negras. As estudantes precisavam pensar muito até conseguirem citar o nome de algumas escritoras, em geral, famosas, como Alice Walker, Toni Morrison e, de vez em quando, Angela Davis (hooks, 1995, p. 467).

Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação*, descreve um exercício semelhante ao de hooks. Para que seus/as estudantes na Alemanha tenham uma noção de como conhecimento e opressão racial se entrelaçam, ela parte de perguntas simples como: “O que foi a Conferência de Berlim em 1884-85? Quais países africanos foram colonizados pela Alemanha? Quantos anos durou a colonização alemã no continente africano?” E conclui com perguntas mais específicas: “Quem foi a

Rainha Nzinga e que papel ela teve na luta contra a colonização europeia? Quem escreveu *Pele Negra, Máscaras Brancas?*” (Kilomba, 2019, p. 49). A autora observa que a maioria branca que sempre fala, desta vez se cala; e os/as não brancos/as, sempre invisibilizados/as, agora passam a ser vistos/as, rompem o silenciamento a que foram submetidos/as.

Para Kilomba, esse “exercício nos permite visualizar e compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial” (2019, p. 50). Esta inversão demonstra o quanto a produção de conhecimento é ela própria fruto de relações de dominação e exploração.

Racismo e sexismo têm contribuído para a invisibilidade das intelectuais negras brasileiras dos mais diversos campos do conhecimento e a área do Serviço Social carece de uma sistematização acerca da trajetória e produção teórica de suas intelectuais negras.

### 3 MAPEANDO AS INTELECTUAIS NEGRAS DO SERVIÇO SOCIAL

Embora esteja crescendo na área o número de pesquisas e publicações sobre as relações étnico-raciais, não dispomos de pesquisas sobre nossas pioneiras e tampouco sobre as jovens e atuais pesquisadoras negras, que têm contribuído fortemente com a produção de conhecimento na área de Serviço Social.

Parafraseando Magali da Silva Almeida; Roseli Fonseca da Rocha e Suelma Inês de Deus Branco (2019), trata-se de uma história quase desconhecida. Muitas/os de nós não sabemos que algumas delas ajudaram a fundar o Movimento Negro Unificado ou que ajudaram a construir a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra ou que organizaram com outros coletivos a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e pela vida. Quase nada sabemos. E, no entanto, elas estiveram na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro e ocuparam “a cena pública, dando o tom antirracista nas entidades da categoria, assim como na produção intelectual: Matilde Ribeiro, Elisabete Aparecida Pinto, Suelma Inês Alves de Deus, Maria José Pereira, Magali da Silva Almeida e Fátima Cristina Rangel Sant’Anna e, no fim da década de 1990, Roseli Rocha, Maria Isabel Assis (Mabel), dentre outras” (Almeida et al., 2019, p. 172).

No curto espaço deste artigo, destacaremos apenas algumas delas.

*Elisabete Aparecida Pinto* (2003) foi fundamental, sobretudo a partir de seu Trabalho de Conclusão de Curso de 1986, para demonstrar a invisibilidade da temática na formação, com impactos na intervenção profissional. Ao entrevistar assistentes sociais sobre o assunto, percebeu o profundo desconhecimento acerca de como intervir frente a demandas relativas à questão racial. Constatações como esta levaram Roseli Rocha (2009) a formular as seguintes indagações: se “a realidade sobre a

qual o assistente social se debruça é complexa e multifacetada, tornando-se quase sempre um desafio a ser enfrentado cotidianamente, o que fazer quando essa realidade apresenta questões para intervenção que são desconhecidas? Diante da discriminação racial, como agir?” (Rocha, 2009, p. 542).

*Magali da Silva Almeida*, que hoje é nome do Coletivo Negro da Universidade Federal de Santa Catarina (Santos; Domingos, 2020), tem concedido entrevistas sobre sua trajetória (Almeida et al., 2013; Souza; Ortegá, 2017) e possibilita que a conheçamos mais de perto e, no mesmo movimento, permite também que apreendamos suas contribuições para a profissão. Do diálogo que ela estabelece com seus entrevistadores, é possível perceber o quanto esteve vinculada às lutas contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial, trazendo para o Serviço Social sua inquietude. Nos anos de 1980, a conjuntura expressava a ascensão de vários movimentos sociais importantes e dentre os protagonistas estavam os movimentos negros, que desmascaravam o mito da democracia racial e, de forma organizada, denunciavam o racismo que encontrava respaldo no aparelho de Estado. Magali da Silva Almeida, como militante do movimento negro, se engajou na

[...] na construção da Marcha Contra a Farsa da Abolição. Quando os MN assumem essa bandeira, essa agenda, eu estava militando no Conselho Regional de Serviço Social no Rio de Janeiro (na época CRAS-RJ), no cargo de vice-presidenta. Lembro-me que coloquei em pauta na reunião do conselho pleno do então CRAS a necessidade da entidade assumir essa bandeira de luta, ou seja a luta contra o racismo e suas mazelas. Assim, assumimos essa luta. Então, a nossa entidade é uma das entidades dos trabalhadores que, em conjunto com o MN, organiza a Marcha de 1988, participando do núcleo de organização estadual. Por conta dessa participação, passamos a ser uma referência para as outras entidades de classe no Rio de Janeiro sobre esse tema. Abrimos um leque de articulações do ponto de vista regional e estadual (Almeida et al., 2013, p. 1).

Em suas memórias, recupera a participação das assistentes sociais no movimento negro e o engajamento na luta antirracista, mas também enfatiza as dificuldades iniciais quando não havia na área o debate étnico-racial. E foi em 1989, no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em Natal, que o debate sobre relações étnico-raciais adquiriu um pouco mais de visibilidade, quando algumas assistentes sociais negras “de São Paulo e do Rio de Janeiro participaram apresentando suas teses sobre o Serviço Social e a questão racial” (Almeida et al., 2013, p. 232).

A trajetória de *Mabel Assis*, na ocasião de seu falecimento, foi destacada na revista *Em Pauta*. No texto em sua homenagem, recolhemos aspectos de sua origem familiar e de sua intervenção acadêmico-política (Gonçalves; Almeida, 2020). Mabel Assis é apresentada da seguinte forma:

[Ela] era nossa referência no que tange à introdução de autores/ as negros/as e uma bibliografia especializada sobre relações étnico-raciais no processo de formação da categoria. Com ela, aprendia-se sobre as mazelas do racismo à brasileira, institucionalizado e naturalizado, que teimam em controlar e cada vez mais em aniquilar vidas negras. Vinha dela o esforço diário de discutir a dinâmica racial no exercício da profissão. Mabel refletia pura vivacidade. Era um espelho em que nós, sobretudo as mulheres negras, nos

reconhecíamos. Num mesmo movimento, também nutríamos por ela uma profunda admiração. E não podia ser diferente. A dona do riso solto, do andar faceiro, da voz firme e imponente teve uma trajetória de vida semelhante à de muitas mulheres negras, não fosse sua irreverência. O traço rebelde de nossa flor de ébano a fez trilhar caminhos distintos até a encruzilhada, que se tornou ponto de partida (ou ponto de encontro) teórico e político com (e para) muitas de nós (Gonçalves; Almeida, 2020, p. 261).

A partir do Serviço Social, Mabel Assis começou a entender como funcionam a sociedade, as relações sociais e a produção da desigualdade no capitalismo. Foi também no curso de Serviço Social que outros caminhos foram apontados a ela, especialmente a importância de discutir gênero e raça. E ela compreendeu que era necessário dar esse pontapé e o Serviço Social precisava olhar para a imbricação das relações de gênero e étnico-raciais com o capitalismo.

*Maria Zelma de Araújo Madeira* é apresentada como uma inspiração em face da potência de sua intelectualidade como mulher negra. Como a maioria das intelectuais negras, Zelma Madeira nasceu em família de poucos recursos, no interior do Piauí. Racismo e sexismo atravessaram sua trajetória, mas também “se tornaram objetos centrais de contestação na sua experiência pela defesa dos direitos humanos no estado do Ceará, onde reside e atua, hoje, como Secretária Estadual de Igualdade Racial” (Madeira et al. 2024, p. 2). Trouxe para o Serviço Social suas reflexões acerca da maternidade simbólica na religião afro-brasileira: aspectos socioculturais da mãe-de-santo na umbanda em Fortaleza-Ceará. Observou que:

[...] no campo religioso, o feminino e a maternidade das sacerdotisas se desenvolvem a partir das referências simbólicas dos orixás e das entidades espirituais. Em particular na umbanda, as mães-de-santo são guardiãs de uma tradição e procuram manter vivas heranças culturais, contribuindo de algum modo para que a cultura e a religião ocupem espaços públicos e ganhem o reconhecimento da sociedade pelos seus saberes e suas práticas. E, por meio desse simbolismo, são construídos novos espaços de luta contra a opressão feminina, transgressão aos poderes e discursos oficiais que circunscrevem os domínios da mulher (Madeira et al. 2024, p. 5).

Seus estudos sobre o campo de religião de matriz africana apresentam não apenas análises fundamentais acerca dos sistemas interligados de dominação e exploração, mas devolve à área do Serviço Social o engajamento necessário na luta contra o preconceito religioso, ao mesmo tempo em que reconhece os terreiros como territórios de resistência.

E, dentre as pioneiras, há aquela que veio antes de todas: *Maria de Lourdes Vale Nascimento*, possivelmente a primeira assistente social negra do Brasil. Já nos anos de 1940 trilhava caminhos opostos ao conservadorismo dos primórdios do Serviço Social. Exercia “intensas atividades políticas, artísticas, educativas e antirracistas voltadas à denúncia e à construção de resoluções para os problemas impostos pelo racismo no Brasil” (Rocha, 2022, p. 269); contestava “os traços de eugenismo e biologismo presentes da análise racial realizada pelo Serviço Social” (Vitório, 2019, p. 32),

assim como constatava “a diferença entre a situação de crianças negras e brancas, deslocando a análise do biologismo determinista para os aspectos da dinâmica social” (Vitório, 2019, p. 33).

Durante o exercício de sua profissão Maria Nascimento foi cofundadora do Teatro Experimental do Negro, a partir do qual idealizou e criou o jornal *Quilombo*, e dedicou seu tempo à redação da coluna *Fala a Mulher*. Também impulsionou e presidiu o Conselho Nacional das Mulheres Negras (1950) e buscava “soluções concretas para a superação da desigualdade, que entendia não ser apenas de classe, mas também racial e patriarcal, Maria Nascimento usava a coluna *Fala a Mulher* como um espaço de diálogo direto com as mulheres negras, em sua maioria empregadas domésticas” (Gonçalves; Lira, 2024, p. 135). Ao invés de esperar pelo auxílio do governo ou, numa crítica direta ao Serviço Social, pela *comiseração de instituições de caridade*, Maria Nascimento conclamava as próprias trabalhadoras negras a transformarem aquele quadro sombrio.

#### 4 ALGUMAS (IN)CONCLUSÕES

Magali da Silva Almeida; Roseli Fonseca da Rocha e Suelma Inês de Deus Branco (2019) identificam o surgimento de uma nova geração de intelectuais negras/os na área de Serviço Social, “cujas contribuições são inovadoras e adensam a perspectiva crítica da profissão. Devem-se destacar as formulações teóricas de Joilson Santana Marques Junior, Márcia Campos Eurico, Teresa Cristina Martins, Rachel Gouveia, Ana Paula Procópio, Valdenice Raimundo, e mais recentemente Leonardo Ortegá, Sheila Dias, Gracyelle Costa, Renata Gonçalves, Kajali Lima Vitório, Guilherme Silva de Almeida, Heide de Jesus Damasceno, dentre outras importantes contribuições” (Almeida et al., 2019, p. 173).

Esta nova geração, ao mesmo tempo em que inova e aponta para a construção de um futuro livre de opressões e de exploração capitalista de classe, mantém seus pés bem fincados na solidez construída coletivamente por suas mais velhas. Neste sentido, elas mantêm a memória viva e política. Com seus corpos e vozes, constroem e transformam a profissão, enegrecem as trincheiras e trazem a questão étnico-racial para o centro, ao melhor estilo do que Daiana Nascimento (2025) denominou de “quilombagem das intelectuais negras no Serviço Social brasileiro”. Isto significa não apenas recuperar trajetórias invisibilizadas, mas também construir memórias insurgentes que transformam a profissão e projetam novos horizontes de luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

#### REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Brasília, 2018.

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **Marxismo e questão étnico-racial**: desafios contemporâneos. São Paulo: Educ, 2021.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Congresso da Virada e Serviço Social**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019, p. 169-181.

ALMEIDA, Magali; JANOÁRIO, Ricardo de Souza; ROCHA, Roseli; DIAS, Sheila. Pioneirismo da discussão étnico-racial no Serviço Social; entrevista com Magali da Silva Almeida. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, 2013.

BONIFÁCIO, Denise; DEUS, Suelma; VITÓRIO, Kajali. A dimensão étnico-racial na formação e na intervenção dos assistentes sociais: um debate em aberto. **Revista da ABPN**, v. 10, Ed. Especial, Caderno Temático: Letramentos de Reexistência, p. 425-440, 2018.

CFESS. **Perfil de assistentes sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília: CFESS, 2022.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

ELPIDIO, Maria Helena *et al.* (orgs.). **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate**. São Paulo: Annablume, 2021.

EURICO, Márcia; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e; PASSOS, Rachel Gouveia; GONÇALVES, Renata (orgs.). **Antirracismos e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022.

EURICO, Márcia *et al.* (orgs.). *Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos*. Campinas: Papel Social, 2021.

FORNAZIER, Tales. **Serviço Social e Luta Antirracista**. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

GONÇALVES, Renata; ALMEIDA, Magali da Silva. Homenagem de vida: Mabel Assis, uma rosa negra semeando a primavera. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 261-270, 2020.

GONÇALVES, Renata; LIRA, Priscila Lemos. Maria de Lourdes Vale Nascimento e o racismo na aurora do Serviço Social. **Argumentum**, Vitória, v.16, p.128-141, 2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, p. 190-214, 2018.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 464-478, 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIRA, Priscila Lemos *et al.* Assistentes Sociais no combate ao racismo: resultado de enquête do CRESS (SP). **Anais do 16º. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2019.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; ALCÂNTARA; Adriana de Oliveira; BARROSO, Áurea Eleotério Soares. A intelectualidade potente das pessoas negras: trajetória da Professora Dra. Maria Zelma de Araújo Madeira – uma inspiração. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, e0601, 2024.

NASCIMENTO, Daiana Cristina do. **A produção teórica das mulheres negras sobre a questão étnico-racial**: quilombagem na formação em Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2025.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial**: um estudo de sua relação com usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

ROCHA, Andréa Pires. Assistente Social Maria de Lourdes Nascimento: antirracismo e defesa da infância em 1940-1950. **Temporalis**, Brasília, ano 22, n. 44, p. 269-284, 2022.

ROCHA, Roseli. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 99, p. 540-561, 2009.

SANTOS, Joyce; DOMINGOS, Vanessa Zoraide. É na luta que a gente se encontra: a atuação do Coletivo Negro Magali da Silva Almeida no contexto da pandemia da Covid 19. **Revista Pindorama: o Serviço Social em destaque**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 133-141, 2020.

SILVA, Joselina da; EUCLIDES, Maria Simone. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 51-66, 2018.

SOUZA, Djonatan Kaic Ribeiro de; ORTEGAL, Leonardo. Epistemologias da igualdade: entrevista com Magali Almeida. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 428-438, 2017.

VITÓRIO, Kajali Lima. **O debate racial na agenda política do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019.

## Nota

<sup>1</sup> A autora prefere que para seu nome, pseudônimo de Gloria Watkins, seja mantida a grafia em letras minúsculas, pois, como ela enfatiza, a pessoa não pode ser mais importante que o conteúdo de sua escrita.